



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

71

**HABEAS CORPUS Nº 297615-0**

ORIGEM: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal de Paulista-PE

IMPETRANTES: Geraldo Francisco da Silva e Adalberto José da Silva

**PACIENTE: SEVERINO INALDO BELARMINO DE SOUZA**

RELATOR: Des. Antonio Carlos Alves da Silva

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Judith Borba

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS*. ART.217-A DO CP. DECRETO PREVENTIVO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. APLICAÇÃO DA LEI PENAL, CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. POSSIBILIDADE REAL DE O PACIENTE INTIMIDAR A VÍTIMA, BEM COMO PRATICAR NOVOS DELITOS DESSA NATUREZA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INSTRUÇÃO ENCERRADA. SÚMULA 52 DO STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de HABEAS CORPUS nº297615-0, em que figura como paciente **SEVERINO INALDO BELARMINO DE SOUZA** e autoridade coatora o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE PAULISTA-PE, **acordam** os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco na sessão de 13/03/2013, à **unanimidade de votos**, em **denegar a ordem**, tudo consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 13 de 03 de 2013.

**Des. Antonio Carlos Alves da Silva**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

72

**HABEAS CORPUS Nº 297615-0**

**ORIGEM:** Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal de Paulista-PE

**IMPETRANTES:** Geraldo Francisco da Silva e Adalberto José da Silva

**PACIENTE: SEVERINO INALDO BELARMINO DE SOUZA**

**RELATOR:** Des. Antonio Carlos Alves da Silva

**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** Dra. Judith Borba

**SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL**

**RELATÓRIO**

Trata-se de pedido de ordem de Habeas Corpus liberatório impetrado pelos Béis. Geraldo Francisco da Silva e Adalberto José da Silva em favor de SEVERINO INALDO BELARMINO DE SOUZA, qualificado às fls. 02 dos autos, o qual indica como autoridade coatora o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal de Paulista/PE.

Narra a inicial que o paciente foi preso por suposta infração prevista no art.217-A do CP, em 27 de novembro de 2012.

Consta dos autos que o denunciado praticou ato libidinoso diverso da conjunção carnal com a vítima Keylla Cristina Pereira Sotero, com 13 anos de idade, sendo que tais abusos ocorriam desde que a vítima tinha 11 anos de idade.

O impetrante pretende obter a concessão da ordem, sob o argumento de excesso de prazo na formação da culpa e ausência de fundamentação do decreto preventivo.

A liminar foi indeferida às fls.47/48. Instada a se manifestar, a Autoridade apontada como coatora prestou informações às fls.59/64. Nesta instância, a Procuradoria de Justiça opinou pela denegação da ordem (fls.68/69).

É o que importa relatar. Não se tratando de feito que dependa de inclusão em pauta, trago-o desde já a julgamento.

Recife, 13 de 03 de 2013.

**Des. Antonio Carlos Alves da Silva**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE - CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

73

**HABEAS CORPUS Nº 297615-0**

ORIGEM: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal de Paulista-PE

IMPETRANTES: Geraldo Francisco da Silva e Adalberto José da Silva

**PACIENTE: SEVERINO INALDO BELARMINO DE SOUZA**

RELATOR: Des. Antonio Carlos Alves da Silva

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Judith Borba

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

VOTO

Senhor Presidente, Senhor Desembargador, Senhor(a) Procurador(a) de Justiça.

O impetrante pretende obter a concessão da ordem em favor do paciente, SEVERINO INALDO BELARMINO DE SOUZA, sob o argumento de ausência de fundamentação do decreto preventivo e excesso de prazo na formação da culpa.

O acusado foi preso, em 27 de novembro de 2012, por suposta infração prevista no art.217-A, *caput*, do CP, praticado contra a vítima, Keylla Cristina Pereira Sotero, com 13 anos de idade, sendo que tais abusos ocorriam desde que a vítima tinha 11 anos de idade.

Nas informações, a autoridade apontada como coatora ressaltou a necessidade da custódia cautelar do réu, ante o *fumus commissi delicti* e o *periculum libertatis*. Salientou que a prisão preventiva se faz imperiosa, haja vista as declarações da vítima e os depoimentos testemunhais colhidos nos autos.

Nesse sentido, cumpre destacar que o policial militar, LUCIANO JOSÉ SILVA DE OLIVEIRA, condutor do acusado, declarou que: "(...) estava realizando rondas seguindo pela estrada do frio; que avistou um veículo na entrada da mata do frio apagado e com o motor desligado, que ao avistar a viatura, empreendeu fuga; que realizou a abordagem e constatou que dentro do carro se encontrava um homem e uma menina menor de idade; que ao realizar a busca pessoal do homem, constatou que o mesmo estava excitado, com o membro ereto; que indagou o que o elemento estaria fazendo ali e o mesmo respondeu que estaria consertando um defeito no farol do carro; que o declarante afirma que inquiriu a menor sobre o que eles estavam fazendo ali e a menor afirmou muito, nervosa e chorando, que o elemento estaria tentando abusar sexualmente dela (...) a menor confessou que o elemento já havia abusado sexualmente dela outras vezes (...)". fl.37

No mesmo sentido foi o depoimento dos policiais militares LUIZ CARLOS DA SILVA JÚNIOR e ANDERSON DA MOTA SILVA, que também participaram da prisão em flagrante do acusado. (fls.38/39)

Ao que observo a liberdade do indiciado coloca em risco a integridade da vítima, que poderá voltar a ser molestada por ele. A custódia preventiva se faz



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

74

necessária para acautelar o meio social e a própria credibilidade da justiça em face da gravidade do crime e sua repercussão, evidenciada pelas circunstâncias em que fora cometido, razão pela qual urge seja o representado encarcerado provisoriamente.

O juízo de origem, ao apreciar pedido de revogação da prisão preventiva do réu, ressaltou que continuam presentes os motivos ensejadores da segregação do paciente, bem como que a decisão do decreto prisional está suficientemente fundamentada, com reconhecimento da materialidade do delito e de indícios de autoria, bem como com expressa menção à situação concreta que caracteriza a garantia da ordem pública. (fls.59/62)

A prisão cautelar do acusado está juridicamente embasada na real possibilidade de o paciente, caso seja solto, obstar a instrução criminal intimidando a vítima, ou mesmo cometendo nova prática delitiva dessa natureza.

Diante do exposto, percebe-se que estão presentes, na questão em apreço, o *periculum libertatis* e o *fumus comissi delicti*, a fim de autorizar a medida adotada pela autoridade impetrada, não havendo que se falar em substituição da prisão preventiva por outra medida acautelatória.

Cumpre esclarecer que as medidas cautelares de natureza diversa da preventiva não se amoldam ao caso em concreto ora analisado, concluindo-se que a segregação do indiciado se mostra necessária, de interesse coletivo e da Justiça Criminal.

Verifica-se, pois, que não há qualquer ilegalidade a ser sanada na decretação da prisão preventiva, uma vez que o magistrado *a quo* agiu em conformidade com os ditames da legislação processual penal. Destarte, não merece acolhida a tese do impetrante, no que diz respeito à ausência de fundamento legal para a segregação do paciente.

Nesse sentido, vejamos a jurisprudência:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ESTUPRO E ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE DO CRIME. PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE DA VÍTIMA. ELEMENTOS CONCRETOS A JUSTIFICAR A MEDIDA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. OCORRÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO. 1. Não é ilegal o encarceramento provisório que se funda em dados concretos a indicar a necessidade da medida cautelar, especialmente em elementos extraídos da conduta perpetrada pelo acusado, demonstrando a necessidade da prisão para garantia da ordem pública. 2. Recurso a que se nega provimento. (RHC 27.357/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 13/03/2012, DJe 26/03/2012)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

75

Frise-se que a medida cautelar ora aplicada não fere o princípio da presunção de inocência, vez que não se trata de condenação antecipada do réu, espelhando tão somente uma cautela de natureza processual.

Assim sendo, o aludido **princípio da presunção de inocência** não conflita com a prisão provisória. Nesse trilhar, o doutrinador Luiz Flávio Gomes em sua obra "Prisão e Medidas Cautelares" pontuou o seguinte: "(...) *A prisão cautelar não se confunde com a prisão penal: a prisão cautelar tem finalidade instrumental; já a prisão penal tem finalidade retributiva e preventiva. A primeira (prisão cautelar) não conflita com a presunção de inocência quando o juiz fundamenta a necessidade concreta da prisão (...)*".

Sabe-se que para a decretação da preventiva é suficiente a existência de indícios de autoria da prática delitiva, sendo desnecessária a certeza, vez que esta só se verifica com a condenação transitada em julgado. Assim sendo, havendo nos autos fortes indícios de que o paciente praticou a conduta narrada na denúncia, afigura-se possível a sua prisão cautelar, mormente quando há relatos concretos, consoante acima transcrito.

Em relação à alegação de que o paciente é primário, de bons antecedentes, endereço certo, é entendimento sumulado deste E. Tribunal de Justiça que "*As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva.*" – Sum.86, TJPE

No que tange ao excesso de prazo na formação da culpa, melhor sorte não lhe socorre. Isso porque, o feito tramita dentro da normalidade processual, valendo frisar que a **audiência de instrução e julgamento foi realizada em 11 de março de 2013, aplicando-se, portanto, a Súmula nº52 do STJ.**

Isso porque, estando encerrada a instrução criminal fica superada a alegação de excesso de prazo. Vejamos a jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça: "(...) *Verificado que a instrução encontra-se encerrada, já tendo sido, inclusive, realizada a audiência de instrução e julgamento, resta superada a alegação de excesso de prazo, nos termos da Súmula n.º 52 desta Corte Superior (...)*." (HC 234.446/PA, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 08/05/2012, DJe 21/05/2012)

Preenchidos, portanto, os pressupostos do art.312 do Código de Processo Penal, não há que se falar em ilegalidade na prisão preventiva do acusado.

Desta feita, anuindo com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, voto no sentido de **denegar a ordem.**

Recife, 13 de 03 de 2013.

Des. Antônio Carlos Alves da Silva  
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA



SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL - 13 03 2013

HABEAS CORPUS Nº 297615-0 - PAULISTA

IMPETRANTES: GERALDO FRANCISCO DE SILVA E OUTRO

PACIENTE: SEVERINO INALDO BELARMINO DE SOUZA

RELATOR: DESEMBARGADOR ANTÔNIO CARLOS DA SILVA:

RELATÓRIO CONSTA À FL. 72 DOS AUTOS.

---

DOUTOR ADALBERTO JOSÉ DA SILVA – OAB/PE Nº 7790

Excelentíssimo Desembargador Antônio de Melo, digníssimo Presidente desta Casa,

Excelentíssimo Desembargador Mauro Alencar,

Excelentíssimo Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva, eminente relator deste Habeas Corpus

Senhores serventuários de Justiça,

Minhas senhoras,

Meus colegas,

Meus senhores,

Egrégia Segunda Câmara Criminal, este *habeas corpus* guerreia uma decisão que decretou a preventiva do paciente, Severino Inaldo, o qual é primário, sem antecedentes, profissão honesta e tem endereço certo, tendo a magistrada monocrática justificado o decreto da prisão sob a fundamentação de que era preciso garantir a ordem pública, referindo-se ainda que o crime teria repercussão, é um crime hediondo e a prova da materialidade e indício de autoria emerge dos autos.

Excelências, a autoridade apontada como coatora ainda refere-se não restar comprovado que o investigado ora paciente tem bons antecedentes. Diz que o documento anexado foi uma certidão emitida pelo Instituto Tavares Buril, onde diz que nada consta. Segundo a magistrada não se presta a tal finalidade. E quanto à residência fixa, igualmente, o documento anexado é de terceiros. Nós fizemos juntar com uma declaração do titular do imóvel, quando ele diz que reside nesta casa.

Garantir a ordem pública, excelências, esse o questionamento que se faz em favor do paciente, contra a fundamentação que foi com a devida vênia, uma decisão lacônica, superficial no decreto ora atacado. Garantia da ordem pública, a defesa discorda dessa fundamentação. Não há nenhuma prova nos autos, no sentido de que o paciente fosse marginal ou pudesse causar receio às testemunhas e, diga-se de passagem, essas testemunhas são três policiais militares. Duas foram ouvidas, ou pudesse obstaculizar a prova, a apuração dos fatos. Como informei a Vossas Excelências, a vítima já foi ouvida, já exauriu-se o seu depoimento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Em cima dessas questões, excelências, é que entendemos e fundamentamos no presente HC que houve, evidentemente um certo divórcio da realidade. A prisão preventiva como sabemos, é uma exceção. Ela não pode se transformar numa antecipação de cumprimento de pena, haja vista que o paciente está preso desde novembro de 2012. É preciso haver um motivo muito forte, é preciso haver uma justificativa legal, calcada na realidade, e entendemos excelências, que isso não aconteceu.

Em sede de HC nós sabemos que não se adentra no mérito, não se observa a prova em sua profundidade, entretanto, Excelências, se verifica de logo. As três testemunhas do Ministério Público dizem que fizeram abordagem. Uma abordagem quando a polícia faz não é bom dia, boa noite, eu sou polícia, não é polícia, mão na cabeça! Três fazem a abordagem, após a abordagem é feita uma revista pessoal e afirmam que o paciente estava excitado com o pênis ereto. Excelências, após uma abordagem dessa, polícia com mão na cabeça, com o devido respeito, a não ser que ele estivesse portando uma prótese peniana. E pasmem, excelências, não é só um, não. São os três que disseram que fizeram a revista pessoal. Quando nós sabemos que, a polícia chega e faz uma abordagem, dois ficam escalando o que está sendo abordado e um faz a revista pessoal. Foram três que fizeram essa revista pessoal e os três afirma que o paciente estava excitado, uma tamanha inverdade, uma tamanha mentira.

Na audiência do dia 11 a vítima afirma perante a magistrada, a vítima afirma perante a magistrada que não houve nem o crime, Excelências. Então, a magistrada pergunta como a defesa perguntou e o Ministério Público, por que você disse? A vítima, uma menor de treze anos diz; quando houve a abordagem, ela até diz, no seu pitoresco dizer: *"os poliça"*, diz: *"vocês estavam transando"*. Ela diz: *"não, eu não estava transando, que eu sou uma moça, sou virgem e tenho treze anos"*. Estava, não estava, ela não identifica quem foi, ela diz os policiais disseram, os policiais. Se você não disser que ele estava fazendo coisa feia e transando, eu vou interná-la na FEBEM. Então, essa criança chega perante o delegado e afirma que houve isso. Quando chega em casa ela diz ao seu pai adotivo, chorando, que nada disso houvera; que o paciente deste *habeas corpus* jamais abusara dela. E ela disse em juízo, excelências.

A defesa pediu mais uma vez à magistrada que libertasse, ele é primário, bons antecedentes, não oferece nenhum perigo, a magistrada negou-se, marcou audiência para o dia 10 do mês próximo findo para poder se pronunciar.

Doutos julgadores, eu pediria vênia, senhor presidente, senhor relator, para ler dois julgados, não vou buscar do Tribunal de Minas, do Tribunal de Alagoas. Vamos ver daqui, do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco desta colenda Casa, senhores desembargadores.

*"(...) o excesso de prazo para a conclusão do sumário afigura-se evidente constrangimento ilegal, sanável pela via do habeas corpus, por maioria de*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA



*votos, concedeu-se a ordem, expedindo-se alvará de soltura. HC 26440/95, Relator Desembargador Mário Veloso – TJPE"*

Este outro, Excelências, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco:

*"(...) caracterizado flagrante excesso de prazo na instrução criminal, sem justificativa e desde que para isto não haja concorrido o paciente, é de ser concedida a ordem de habeas corpus para cessar o constrangimento ilegal. Concedeu-se a ordem com expedição de alvará de soltura, decisão unânime. HC 25822-2, 1995, relator, o desembargador Ozael Veloso".*

Senhor Presidente, Senhor Relator, Senhor Desembargador, Senhora Procuradora, a doutrina dominante é no mesmo sentido, honrados julgadores. Senão, vejamos a lição de Heráclito Antônio Morse em sua Obra *Habeas Corpus*, Edit. Atlas, 2ª edição, pag 36:

*"(...) logo, se o Poder Judiciário não se encontra aparelhado em muitos aspectos para atender às determinações legais, não se pode, sob a desculpa da dificuldade da instrução criminal, nos dias atuais burlar a lei e sacrificar indevidamente a liberdade do réu."*

Finalmente, Excelências, peço vênica e permissão para ler parte do voto do eminente desembargador, doutor Gustavo de Lima, no *Habeas Corpus* 140046-0:

Diz aquele eminente Desembargador:

*"(...) devemos ter bastante frieza, bastante cautela e bastante bom senso em relação a evitar uma antecipação de sentença, uma antecipação do cumprimento de pena..*

E mais adiante, douts desembargadores, por força desse entendimento, não quero aqui dizer da gravidade do fato, é abominável p fato em si.

Prossegue aquele Desembargador:

*"(...) em relação aos decretos preventivos, pretender a aplicação da lei penal , não tem porque, porque se são PMs, ele fala PM, porque esse habeas corpus , esqueci de esclarecer. É aquele habeas corpus em que figuram como acusados alguns PMs, que a denúncia é que jogaram alguns adolescentes no rio, dois vieram a óbito e quinze foram denunciados como tentativa, excelências."*

Só para titulo de esclarecimento. Por isso que ele fala em PM.

*"(...) sobretudo por entender que o decreto preventivo não pode servir de mera satisfação mediática ou mera antecipação do cumprimento de pena. É preciso*





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

*que haja o fato concreto de que o acusado, aquele que está sendo processado efetivamente esteja pondo em risco a ordem pública, excelências”.*

E finda aquela autoridade:

*“(…) certamente, eu voto pela concessão da ordem”.*

Senhor Presidente, senhor relator, senhor desembargador, agradeço penhoradamente a atenção que Vossas Excelências deram e esse modestíssimo advogado, confiante espera que essa Casa como sempre e mais uma vez restaure o direito, façam justiça com a concessão da ordem. Não estamos pedindo o trancamento da ação penal, estamos pedindo que o cidadão que está sendo acusado em sede policial. A vítima foi ultimada, no depoimento ela afirmou com todas as letras que nada houve, ela fez isso por pressão policial.

Muito agradecido mesmo!

---

VOTO DO RELATOR CONSTA ÀS FLS. 73 A 75 DOS AUTOS.

---

DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR

Quero parabenizar a brilhante defesa na tribuna, mas acompanho integralmente o voto do eminente desembargador relator.

---

DESEMBARGADOR ANTÔNIO DE MELO (PRESIDENTE)

Voto no mesmo sentido.

---

DECISÃO:

“POR UNANIMIDADE, DECIDIU-SE PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.”

---